

**NÃO FAÇA
ABSOLUTAMENTE NADA
ANTES DE CONHECER
OS FUNDOS
DE INVESTIMENTO DO
BANCO REAL.**

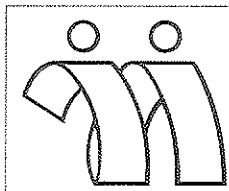
Ser cliente do Banco Real tem
suas vantagens. Os Fundos
de Investimento são um ótimo
exemplo, pois atendem todo o tipo
de cliente, seja ele conservador,
moderado ou agressivo.

A partir de 100 reais, você já pode
investir. É a maneira mais fácil de
contar cada vez mais dinheiro.

E vantagens.

Banco Real

NUCLEOS



RELATÓRIO

ANUAL DO

EXERCÍCIO

DE 1996

1. APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao que dispõe a legislação e dispositivos estatutários, a Diretoria Executiva do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social vem apresentar aos Participantes e aos Beneficiários do Instituto, como também às Empresas Patrocinadoras, o Balanço Patrimonial e os Demonstrativos Financeiros, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1996, aos quais encontram-se anexos os Pareceres da BINAH Auditores Associados S/C, STEA - Serviços Técnicos de Estatística e Atuária, do Conselho Fiscal, bem como a Manifestação do Conselho de Curadores. O NUCLEOS é uma Entidade Fechada de Previdência Privada e atualmente tem como patrocinadores, além do próprio Instituto, as seguintes empresas:

INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A - INB
NUCLEN ENGENHARIA E SERVIÇOS S.A.
NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP

É função principal do NUCLEOS a instituição e a administração de planos privados de benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Oficial, em atendimento aos empregados das empresas patrocinadoras, que sejam associados do Instituto.

No exercício de 1996, a Diretoria do NUCLEOS viu-se obrigada a adotar algumas medidas essencialmente voltadas para a profissionalização das atividades operacionais e administrativas e, conseqüentemente, para a modernização dos recursos empregados para sua implementação.

A nova orientação trazida em março pela Portaria 176 da SPC - Secretaria de Previdência Complementar fez com que o limite percentual do custeio administrativo em relação às receitas previdenciárias, que não ultrapassava, até então, os 15% permitidos, alcançasse até 31% nos meses subsequentes.

Entre as mudanças, a que mais afetou a relação de equilíbrio entre despesa e receita foi a que determinou a reclassificação das despesas decorrentes dos investimentos para o Programa Administrativo. Considerando-se que o fluxo de receitas previdenciárias vem permanecendo constante, essa medida veio agravar sensivelmente a estrutura de gastos do Instituto, absorvida quase que integralmente por despesas com pessoal.

Ao empreender tais medidas, a Diretoria Executiva do NUCLEOS buscou não somente a adequação ao limite estabelecido, mas também procurou atender ao plano estabelecido no início de sua gestão, submetido e aprovado pelo Conselho de Curadores.

Os reflexos das decisões, responsáveis pela redução, em termos médios, de 31% para 24% na relação custo/receita, foram, de certa forma, atenuados em função das providências adotadas para tornar mais confiáveis os processos de gerenciamento dos recursos do Instituto. Foram contratados profissionais do mercado financeiro, bem como adquiridos sistemas informatizados em substituição aos existentes, ineficazes e obsoletos no suporte às operações em renda fixa e variável. Tornou-se necessário, ainda, recorrer a consultorias especializadas, na tentativa de solucionar problemas com diversos papéis constantes da carteira de investimentos, adquiridos

em gestões anteriores. Todas essas medidas, em contrapartida, vieram a contribuir sensivelmente para os resultados alcançados no exercício.

Considerando todos esses aspectos, pode-se afirmar que o processo de adequação ao limite permitido deverá se dar de forma mais lenta que a desejada, pois o conceito de transformação do NUCLEOS em uma entidade eficiente e autônoma não implica tão somente no corte absoluto de despesas. Significa rever e otimizar tarefas, enfim, modernizar procedimentos de gestão, de forma a alcançar os objetivos pretendidos. Logicamente, essas ações se tornam impossíveis de serem implementadas sem acréscimo imediato nos custos. Elas resultam, contudo, numa significativa redução desses mesmos custos em futuro próximo.

Finalmente, cabe ressaltar que a questão do limite percentual de gastos administrativos em relação ao nível de receitas previdenciárias vem sendo, no momento, exaustivamente debatida por Grupo de Trabalho constituído pela própria Secretaria de Previdência Complementar, uma vez que, com o advento da Portaria 176, quase todas as Fundações se viram em dificuldades para se adequar a essa exigência, principalmente aquelas que apresentam constituição e porte semelhantes aos do NUCLEOS.

2. ATIVIDADES PREVIDENCIÁRIAS

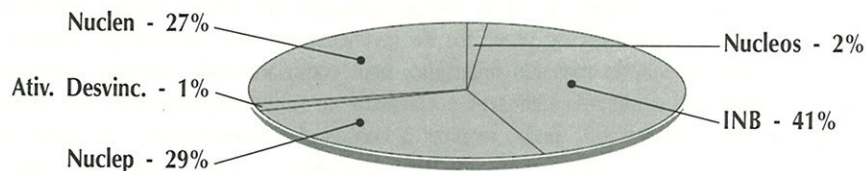
A análise do fechamento do exercício de 1996 revelou um crescimento do número de participantes, em relação a dezembro de 1995, da ordem de 1,44%, justificado pela campanha de adesão iniciada em outubro de 1996.

FREQUÊNCIA DE PARTICIPANTES ATIVOS POR PATROCINADORAS

Mês/Ano	PATROCINADORAS					Total
	INB	Nuclep	Nuclen	Nucleos	At. Desv.	
DEZ/95	918	522	576	58	10	2084
DEZ/96	856	615	579	46	18	2114

São hoje 2.114 participantes ativos, incluindo 18 desvinculados, que representam aqueles que se desligaram da Patrocinadora e mantiveram a condição de participantes do NUCLEOS. Atualmente, o nível de adesão é de aproximadamente 86% em relação ao total de empregados das Patrocinadoras.

DISTRIBUIÇÃO DA MASSA DE PARTICIPANTES ATIVOS



O número de participantes assistidos atingiu a 384, revelando um crescimento substancial em relação à frequência registrada no fim do exercício de 1995, justificada não só pelo envelhecimento da massa, mas principalmente em consequência da insegurança quanto ao futuro da previdência social no que se refere à sua provável reforma.

No confronto entre os exercícios (95/96) podemos destacar elevado crescimento na frequência dos benefícios de aposentadorias, com destaque para aposentadoria por tempo de serviço, com crescimento de 77,22% e na aposentadoria especial, com 142,11%. Ao todo, foram 104 novos benefícios, representando um acréscimo de 37,14%.

As suplementações mantidas pelo Instituto, de acordo com o que dispõe o art. 17 do Plano Básico de Benefícios - PBB, são reajustadas nas mesmas épocas e proporções dos benefícios garantidos pela Previdência Social. Em maio de 1996, os benefícios foram reajustados em 15 %, percentual correspondente à variação do IGP-DI de maio/95 a abril/96 (11,63%), acrescido de um aumento real de 3,37%.

3. ATIVIDADES ASSISTENCIAIS

3.1 - Seguros

Seguro de Vida e Acidentes Pessoais

A apólice de seguro de vida dos empregados da INB, NUCLEP, NUCLEOS e Aposentados/Autopatrocinadores, administrada pelo NUCLEOS, encerrou o exercício de 1996 com 2.011 segurados, sendo 176 desses empregados vinculados também à apólice do seguro de acidentes pessoais (brigadistas).

Na apólice do seguro de vida foram concedidas indenizações relativas a 15 sinistros, totalizando um montante, em valor nominal, de R\$ 727.826,79.

3.2 - Empréstimos a Participantes

A carteira de empréstimos encerrou o exercício com 1.324 contratos em vigor, representando um volume da ordem de R\$ 2.302.344,98. Do total de contratos, 984 foram assinados neste ano, correspondendo a um desembolso de R\$ 1.448.538,72.

Em decorrência das dificuldades financeiras por que passam seus participantes, o NUCLEOS suspendeu, por três meses, a partir de março/96, os descontos processados na folha de pagamento, excetuando para os que optaram por sua manutenção. A decisão foi mantida por mais três meses, quando foram retomados os descontos em setembro/96.

O Banco Central, através da Resolução 2.324, de 30.10.96, reduziu o limite global para a concessão de empréstimos, de 7% para 3%, aos participantes de Fundações. O NUCLEOS atingiu, entretanto, com o volume de sua carteira de empréstimos, apenas 1,46% de seus recursos garantidores.

4. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Os recursos patrimoniais do NUCLEOS encontram-se aplicados em observância aos requisitos legais ora regidos pelo disposto na Resolução BACEN nº 2.324, de 30.10.96, que alterou e consolidou as normas que regulamentam as aplicações dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Privada, e na Resolução BACEN nº 2.206, de 25.10.95, ambas editadas conforme deliberação do Conselho Monetário Nacional.

As aplicações encontram-se enquadradas de acordo com as deliberações do Conselho Monetário Nacional - CMN, tomando por base as informações encaminhadas à Secretaria de Previdência Complementar - SPC, conforme dispõe a Instrução Normativa nº 11, da SPC, de 11.12.96, pelo Demonstrativo Analítico de Investimento e Enquadramento das Aplicações.

Em 31 de dezembro de 1996, os investimentos do NUCLEOS estavam distribuídos em relação ao limite legal da seguinte forma:

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Tipo de Aplicação	DEZEMBRO/1996		Máximo Legal (%)
	Valor em R\$	Part. (%)	
Recursos Garantidores	184.621.937	100.00	-
Renda Fixa	67.995.424	36.83	80
Renda Variável	49.828.147	27.00	50
Imóveis	8.596.601	4.66	20
Empréstimos	2.302.345	1.25	3
Operações c/ Patrocinadoras	34.361.439	18.61	10
Total dos Investimentos	163.083.956	88.35	-

Com relação às operações com patrocinadoras, cabe ressaltar que o limite legal foi reduzido pela Resolução Bacen nº 2324, de 30/10/96, de 30% para 10%. O desenquadramento gerado por essa medida deverá ser eliminado à medida em que forem sendo liquidados os compromissos, o que impede, dessa forma, a realização de novas operações até a total adequação ao limite estabelecido.

Apontamos, a seguir, as principais alterações na política de investimentos:

- ▼ Implantação de uma administração ativa da carteira de renda variável;
- ▼ Ajuste nas participações relativas entre as aplicações no mercado de renda variável (ações) e no mercado de renda fixa, em relação ao total dos investimentos, de modo a evitar riscos de mercado;
- ▼ Reavaliação dos títulos de renda fixa com uma análise minuciosa da qualidade dos ativos.

Apresentamos, a seguir, a rentabilidade das carteiras de renda variável e renda fixa, comparando-as com os indicadores econômicos e de mercado:

RENTABILIDADE

Descrição	% Acumula. Jan/Dez-96	% Acumula. Ago/Dez-96
Indicadores Econômicos		
TR	9,56	3,77
INPC / IBGE	9,12	1,58
IGP-DI / FGV	9,33	1,52
IGPM / FGV	9,19	1,25
US\$ comercial	6,79	3,91
FGV 100	13,98	7,34
IBA	29,07	9,91
CDI over	27,11	9,62
IBVRI	59,75	16,30
IBOVESPA	63,69	14,93
Rentabilidade		
Carteira de Renda Fixa	28,42	7,46
Carteira de Renda Variável	33,19	18,60
Mínimo Atuarial (INPC + 6%)	15,64	4,06
Performance (INPC + 12%)	22,18	6,46

Os rendimentos das carteiras de renda fixa (28,42%) e renda variável (33,19%) se situaram, de forma expressiva, acima dos percentuais correspondentes ao mínimo atuarial e à performance estabelecida no Plano de Investimentos, que foram, respectivamente, de 15,64% e 22,18%.

Para efeito de análise de uma administração ativa de portfólios, devemos considerar as novas diretrizes implantadas pela atual Diretoria Executiva a partir de agosto de 1996, quando iniciou a operacionalização dos investimentos na área de renda fixa e variável.

Efetamos uma análise da rentabilidade no período de agosto a dezembro de 1996 e constatamos:

- ▲ o resultado da renda fixa, apesar de superior ao mínimo atuarial - 7,46% contra 4,06% - foi inferior ao CDI over, em decorrência dos papéis que compõem a nossa carteira (ELET, SUPRA e LHCEF) comprometerem essa meta de performance;
- ▲ a rentabilidade das aplicações em renda variável foi superior à variação do FGV 100,

do IBA, do IBOVESPA e da IBVRJ, principalmente em decorrência das alterações promovidas no portfólio, bem como da implantação de uma carteira ativa de ações.

A performance alcançada no exercício foi produzida a partir da adoção de diversas ações objetivando uma maior profissionalização da administração, com o menor custo possível, sempre buscando atingir metas operacionais compatíveis com o patrimônio do Instituto. Podemos citar como exemplo as seguintes ações:

PRINCIPAIS AÇÕES

- ▲ implantação de sistemas de análise de risco bancário;
- ▲ revisão dos critérios de seleção e de qualificação técnica das instituições financeiras aptas a operarem com o Instituto;
- ▲ diversificação e terceirização da administração dos recursos aplicados em renda fixa; contratação de consultoria para avaliação da qualidade dos ativos (debêntures) que compõem a carteira de renda fixa, resultando na constituição de provisões para perdas de créditos inadimplentes;
- ▲ implantação na renda variável de uma carteira permanente, devidamente respaldada por análises fundamentalistas;
- ▲ implantação na renda variável de uma carteira de movimentação contínua, baseada nos estudos fundamentalista e gráfico visando maximizar os resultados de curto prazo em função de oscilações de mercado;
- ▲ alienação das ações minoritárias e de pouca liquidez no mercado;
- ▲ participação em leilões de privatização do BNDES, objetivando a redução das moedas podres como forma de pagamento das operações;
- ▲ reavaliação dos investimentos no mercado imobiliário;
- ▲ regulamentação do funcionamento do Comitê Consultivo de Investimentos, resultando em maior transparência e participação no processo operacional da área de investimento.

Essas ações, cuja eficácia se pode constatar pelos resultados alcançados, contribuíram significativamente para a apresentação, no exercício, de um superávit de R\$ 15,1 milhões, totalizando um superávit acumulado de R\$ 22,4 milhões.

5. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO

Em 31 de dezembro de 1996 o NUCLEOS registrou um Patrimônio (Reservas Matemáticas mais Resultado Acumulado) no valor de R\$ 184.621.936,85, representando um acréscimo da ordem de R\$ 37.441.212,93, tomando por base a posição registrada ao final do exercício anterior, indicando uma variação de 25,44%.

continua na página 9 ⇨

A relação do Patrimônio investido, expresso em US\$, pelo número de participantes, vem evoluindo, ao final de cada exercício, da seguinte forma:

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO

Período	Patrimônio US\$ milhões (A)	Número de Participantes (B)	Relação US\$/Participante A/B
DEZ/90	44,58	3.314	13.452
DEZ/91	62,50	2.348	26.618
DEZ/92	73,20	2.160	33.889
DEZ/93	95,05	2.364	40.207
DEZ/94	149,57	2.361	63.350
DEZ/95	149,77	2.319	64.584
DEZ/96	177,52	2.353	75.444

6. BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996

R\$ 1,00

ATIVO	EXERCÍCIO		PASSIVO	EXERCÍCIO	
	Atual	Anterior		Atual	Anterior
Disponível	1.676,72	15.392,59	Exigível Operacional	6.293.736,32	142.591,56
Realizável	191.298.346,08	147.552.291,44	Programa Previdencial	55.688,80	2.500,11
Programa Previdencial	27.576.464,92	941.153,57	Programa Assistencial	112.141,97	85.207,89
Programa Assistencial	514.959,86	420.948,98	Programa Administrativo	303.706,52	54.883,56
Programa Administrativo	122.965,54	625.316,17	Programa de Investimento	5.822.199,03	0,00
Programa de Investimento	163.083.955,76	145.564.872,72	Exigível Contingencial	0,00	0,00
Renda Fixa	67.995.423,72	45.828.950,65	Programa Previdencial	0,00	0,00
Renda Variável	49.828.146,89	37.541.154,11	Programa Assistencial	0,00	0,00
Investimentos Imobiliários	8.596.600,64	7.728.043,24	Programa Administrativo	0,00	0,00
Operações com Participantes	2.302.344,98	1.903.574,06	Programa de Investimento	0,00	0,00
Operações com Patrocinadoras	34.361.439,53	52.563.150,66	Reservas Técnicas	184.621.936,85	147.180.723,92
Permanente	213.138,78	246.174,98	Reservas Matemáticas	162.254.382,00	139.861.189,00
			Benefícios Concedidos	26.593.109,00	16.037.521,00
			Benefícios a Conceder	135.661.273,00	123.823.668,00
			Resultado Acumulado	22.367.554,85	7.319.534,92
			Superávit Técnico	22.367.554,85	7.319.534,92
			Reserva de Contingência	22.367.554,85	7.319.534,92
			Fundos	597.488,41	490.543,53
			Programa Assistencial	384.349,63	272.171,75
			Programa Administrativo	213.138,78	218.371,78
Total do Ativo	191.513.161,58	147.813.859,01	Total do Passivo	191.513.161,58	147.813.859,01

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

7. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996

	R\$ 1,00
DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL
PROGRAMA PREVIDENCIAL	
(+) RECEITAS	13.196.554,07
(-) DESPESAS	(2.600.705,45)
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(1.889.361,02)
(+/-) RESULTADO DOS INVESTIMENTOS PREVIDENCIAIS	28.734.725,33
(=) SALDO DISPONÍVEL PARA CONSTITUIÇÕES	37.441.212,93
(-/+) FORMAÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS TÉCNICAS	(22.393.193,00)
(-/+) FORMAÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS	0,00
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO	15.048.019,93
(+/-) SUPERÁVIT/DÉFICIT TÉCNICO	15.048.019,93
PROGRAMA ASSISTENCIAL	
(+) RECEITAS	605.499,52
(-) DESPESAS	(428.818,98)
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(109.635,43)
(+/-) RESULTADO DOS INVESTIMENTOS ASSISTENCIAIS	45.132,77
(=) SALDO DISPONÍVEL PARA CONSTITUIÇÕES	112.177,88
(+/-) FORMAÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS	112.177,88
PROGRAMA ADMINISTRATIVO	
(+) RECURSOS ORIUNDOS DE OUTROS PROGRAMAS	1.998.996,45
(+) RECEITAS	276.579,06
(-) DESPESAS	(2.403.233,41)
(+/-) RESULTADO DOS INVESTIMENTOS ADMINISTRATIVOS	122.424,90
(=) SALDO DISPONÍVEL PARA CONSTITUIÇÕES	(5.233,00)
(+/-) FORMAÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS	(5.233,00)
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	
(+/-) RENDA FIXA	7.708.419,72
(+) RECEITAS	12.329.763,37
(-) DESPESAS	(4.621.343,65)
(+/-) RENDA VARIÁVEL	13.390.968,27
(+) RECEITAS	17.525.457,77
(-) DESPESAS	(4.134.489,50)
(+/-) INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	1.327.158,78
(+) RECEITAS	3.737.069,59
(-) DESPESAS	(2.409.910,81)
(+/-) OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	319.794,08
(+) RECEITAS	319.794,08
(-) DESPESAS	0,00
(+/-) OPERAÇÕES COM PATROCINADORAS	6.779.927,68
(+) RECEITAS	6.785.626,14
(-) DESPESAS	(5.698,46)
(+/-) CONTINGÊNCIAS	(623.985,53)
(+) RECEITAS	0,00
(-) DESPESAS	(623.985,53)
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	0,00
(+/-) RESULTADOS RECEB./TRANSF. P/OUTROS PROGRAMAS	28.902.283,00
(=) SALDO DISPONÍVEL PARA CONSTITUIÇÕES	0,00
(+/-) FORMAÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS	0,00

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

8. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO FINANCEIRO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996

	R\$ 1,00
DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL
(+/-) PROGRAMA PREVIDENCIAL	7.934.755,76
(+) ENTRADAS	10.483.786,51
(-) SAÍDAS	(2.549.030,75)
(+/-) PROGRAMA ASSISTENCIAL	109.603,74
(+) ENTRADAS	570.628,12
(-) SAÍDAS	(461.024,38)
(+/-) PROGRAMA ADMINISTRATIVO	(1.342.444,56)
(+) ENTRADAS	935.788,66
(-) SAÍDAS	(2.278.233,22)
(+/-) PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	(6.715.630,81)
(+/-) RENDA FIXA	(14.458.053,35)
(+/-) RENDA VARIÁVEL	6.926.174,52
(+/-) INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	458.601,38
(+/-) OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	(78.976,84)
(+/-) OPERAÇÕES COM PATROCINADORAS	1.060.609,01
(+/-) OUTROS INVESTIMENTOS	0,00
(+/-) CONTINGÊNCIAS FISCAIS	0,00
(+/-) RELACIONADAS COM DISPONÍVEL	0,00
(+/-) EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	(623.985,53)
(=) FLUXO NAS DISPONIBILIDADES	(13.715,87)
(=) VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	(13.715,87)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

9. COMPOSIÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996

	R\$ 1,00	R\$ 1,00
DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	26.593.109,00	16.037.521,00
BENEFÍCIOS DO PLANO	26.593.109,00	16.037.521,00
(-) CONTRIBUIÇÃO DA PATROCINADORA SOBRE BENEFÍCIOS	(0,00)	(0,00)
(-) OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DA GERAÇÃO ATUAL	(0,00)	(0,00)
(-) OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DAS GERAÇÕES FUTURAS	(0,00)	(0,00)
BENEFÍCIOS A CONCEDER	135.661.273,00	123.823.668,00
BENEFÍCIOS DO PLANO COM A GERAÇÃO ATUAL	158.902.531,00	127.021.908,00
(-) CONTRIB. DA PATROC. S/ BENEF. DA GERAÇÃO ATUAL	(0,00)	(0,00)
(-) OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DA GERAÇÃO ATUAL	(40.188.792,00)	(34.546.477,00)
BENEFÍCIOS DO PLANO COM AS GERAÇÕES FUTURAS	54.644.280,00	73.580.598,00
(-) CONTRIB. DA PATROC. S/ BENEF. DA GERAÇÃO FUTURA	(0,00)	(0,00)
(-) OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DAS GERAÇÕES FUTURAS	(37.696.746,00)	(42.232.361,00)
(-) RESERVAS A AMORTIZAR	(0,00)	(0,00)
(-) PELAS CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS VIGENTES	(0,00)	(0,00)
(-) POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS VIGENTES	(0,00)	(0,00)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

JOSÉ MARIA TEBALDI
Presidente e Diretor de Benefícios em Exercício
CPF: 219.010.407-63

PAULO ARMANDO PADILHA
Diretor Financeiro
CPF: 370.056.427-91

LUIS PEREIRA DE FREITAS
CONTADOR
CRC Nº 34.521-5/RJ

**10. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O NUCLEOS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL, é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, constituída em 22 de dezembro de 1978, de acordo com escritura lavrada em cartório, nos termos da Lei 6.435 de 15 de julho de 1997 e obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, através da Secretaria de Previdência Complementar, e às resoluções específicas do Banco Central do Brasil.

A Entidade tem como objetivo principal garantir a seus participantes e respectivos beneficiários a suplementação dos benefícios concedidos pela Previdência Social.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do NUCLEOS foram elaboradas e estão apresentadas conforme a determinação da Secretaria de Previdência Complementar, através das Portarias nº 146 de 23 de novembro de 1995 e nº 176, de 26 de março de 1996, que promoveram mudanças na planificação contábil das entidades fechadas de previdência privada, assim como a Portaria nº 252 de 20 de novembro de 1996, que definiu a forma de apresentação destas demonstrações contábeis, relativas ao exercício de 1996, onde o Balanço Patrimonial está sendo apresentado comparativamente com as datas-base de 31 de dezembro de 1996 e 1995, e as Demonstrações de Resultado e do Fluxo Financeiro, somente para o exercício de 1996.

De acordo com a Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, artigo 4º, que revogou a correção monetária das demonstrações financeiras, e o Ofício Circular nº 7/SPC/GAB, da Secretaria de Previdência Complementar, de 08 de julho de 1996, foi eliminado o sistema de correção monetária de balanço, que não ocasionou efeito relevante. Dessa forma, o NUCLEOS está apresentando as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 1996 conforme as disposições contidas na Portaria nº 252, de 20 de novembro de 1996, da Secretaria de Previdência Complementar.

3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis adotadas pelo NUCLEOS estão descritas a seguir:

3.1 - REGIME DE ESCRITURAÇÃO ADOTADO

O NUCLEOS adota o regime de competência de exercício, para o registro das receitas e despesas, excetuando-se as receitas de dividendos, decorrentes de investimentos em ações, que são escrituradas por regime de caixa.

3.2 - REGISTRO DO REALIZÁVEL PREVIDENCIAL

São registrados na rubrica Receitas a Receber - Contribuições do mês, os valores relativos ao mês de competência (R\$ 740.292,26), que são repassados pelas patrocinadoras até o 2º dia útil após o pagamento da respectiva folha de salários de cada patrocinadora, assim como na rubrica contribuições em atraso, estão os registros das parcelas de contribuição da Patrocinadora NUCLEP, relativas ao período de junho/95 a novembro/96 (R\$ 1.214.001,79), como também a parcela referente à dívida do período até 31/08/88, das Patrocinadoras INB (R\$ 23.420.298,42) e NUCLEP (R\$ 2.157.187,63), atualizados monetariamente para 31/12/96, conforme consta no Estatuto/Regulamento Básico. A diretoria do NUCLEOS está efetivando gestões junto às Patrocinadoras INB e NUCLEP, no sentido de equacionarem os referidos débitos em contratos de confissão de dívida.

São registrados na rubrica Adiantamento por Conta de Suplementação - NUCLEOS (R\$ 44.684,82), os valores relativos aos participantes que estão com todas as carências cumpridas, e que o INSS ainda não liberou o referido processo.

3.3 - REGISTRO DO REALIZÁVEL ASSISTENCIAL

São registrados no realizável assistencial, os valores relativos ao convênio com o INSS (R\$ 104.512,31), ao plano médico auto sustentado (R\$ 29.512,42), devedores diversos (R\$ 337.285,39), com destaque para a rubrica débitos da CNEN (R\$ 215.811,49), assim como os valores relativos ao custo da apólice de Seguro de Vida em Grupo para as patrocinadoras INB (R\$ 19.126,52) e NUCLEP (R\$ 5.479,91) mais a parcela de custeio administrativo relativo ao convênio com o INSS e a administração da referida apólice, para as patrocinadoras INB (R\$ 14.193,95), NUCLN (R\$ 3.318,74) e NUCLEP (R\$ 1.530,62).

3.4 - REGISTRO DO REALIZÁVEL ADMINISTRATIVO

São registrados no realizável administrativo, os valores a receber relacionados à operacionalização do respectivo Programa Administrativo, referentes a reembolso de despesas administrativas, pela cessão de empregados do NUCLEOS para a Patrocinadora INB (pessoal do ambulatório) (R\$ 42.346,14), despesas futuras (R\$ 32.752,37) e outros realizáveis (R\$ 47.867,03)

3.5 - REGISTRO DOS TÍTULOS DE RENDA FIXA

São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ágios e deságios ocorridos na aquisição de títulos foram corrigidos e apropriados ao resultado pro rata dia, pelo prazo decorrido da aquisição até o vencimento dos respectivos títulos.

Foi constituída uma provisão para possíveis perdas no montante de 100% do valor das debêntures da CIPLA e MARSIAJ, decorrente de um estudo econômico-financeiro elaborado pelas empresas AAD Consultores Associados e LZ Assessoria e Participações, e aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Comitê Consultivo de Investimentos do NUCLEOS. Os Títulos constantes da carteira do NUCLEOS estão custodiados na Central de Liquidação e Custódia - CETIP.

3.6 - REGISTRO DOS TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL

As ações negociadas em bolsas de valores são registradas pelo custo de aquisição, acrescidas de despesas diretas de corretagem e outras taxas, e ajustadas ao valor de mercado, com base na cotação média das ações no último dia de negociação na Bolsa de Valores que houver apresentado maior volume.

A variação verificada na comparação entre o custo de aquisição e o valor de mercado é apropriada diretamente ao resultado do exercício.

Os dividendos oriundos das aplicações em ações, são reconhecidos ao resultado, tão logo recebidos (regime de caixa).

As ações constantes de carteira do NUCLEOS, estão custodiadas na Câmara de Liquidação e Custódia da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

3.7 - REGISTRO DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Registra o montante dos investimentos em imóveis, sendo demonstrado pelo custo de aquisição e reavaliação, corrigidos pela variação da UFIR até 31 de dezembro de 1995, e deduzidos da depreciação (exceto terrenos), que é calculada pelo método linear à taxa de 2% ao ano e de taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação. As instalações são registradas pelo custo de aquisição e depreciadas pelo método linear, à taxa de 10% ao ano.

Os imóveis constantes da carteira do NUCLEOS, foram reavaliados de acordo com a Portaria nº 176, de 26 de março de 1996, e Resolução nº 2.324, de 30 de outubro de 1996, pela empresa AVAL - Serviços de Engenharia e Consultoria S/C Ltda., com a data de conclusão do referido trabalho em 15 de outubro de 1996. Os laudos de avaliação foram aprovados pela Diretoria Executiva do NUCLEOS conforme consta da 229ª ata de reunião da Diretoria Executiva, de 30 de dezembro de 1996.

3.8 - REGISTRO DE OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Registra o montante dos empréstimos simples, concedidos aos participantes, amortizáveis mensalmente, com cláusulas de atualização mensal pelo índice que atualiza mensalmente a caderneta de poupança. De acordo com a Resolução nº 2.324, de 30 de outubro de 1996, que estabeleceu o limite de 3% em relação ao total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas, o referido percentual correspondia, em 31 de dezembro de 1996, a 1,25%.

3.9 - REGISTRO DE OPERAÇÕES COM PATROCINADORAS

Registra o montante da dívida contratada com as Patrocinadoras INB e NUCLEP, cujos contratos foram firmados respectivamente em 27 de junho de 1995, e em 31 de dezembro de 1994, ambos sendo atualizados monetariamente pela Taxa Referencial - TR acrescidos de juros de 1% ao mês, tendo como cronograma de pagamento das prestações o seguinte número de meses (veja o quadro no alto da página 15):

	INB	NUCLEP
DÍVIDA PREVIDENCIAL	167	60
DÍVIDA ASSISTENCIAL	160	60

A patrocinadora NUCLEP encontra-se com as parcelas dos referidos contratos em atraso, a partir da vencida em 28 de fevereiro de 1996 até 31 de dezembro de 1996, sendo atualizadas monetariamente também pela TR mais 2% de multa ao mês.

Em 31 de dezembro de 1996, as operações passivas contratadas apresentavam um desenquadramento equivalente a 18,67%, relacionado com os recursos garantidores das reservas técnicas, ocasionado com a operacionalização da resolução CMN-2.324/96 de 31 de outubro de 1996, cujo respectivo enquadramento se dará na forma preconizada pelo artigo nº 12 da referida resolução.

Empresas	OPERAÇÕES PASSIVAS CONTRATADAS			Total
	Previdencial	Assistencial	Parc. em Atraso	
INB	5.483.747,43	15.296.486,38	-0-	20.780.233,81
NUCLEP	2.655.341,96	7.671.630,20	3.254.233,56	13.581.205,72
TOTAL	8.139.089,39	22.968.116,58	3.254.233,56	34.361.439,53

3.10 - PERMANENTE

Registra os valores relativos aos bens destinados a dar suporte ao funcionamento do NUCLEOS, na administração dos seus objetivos, compreendido pelos bens do Imobilizado, apresentando-se devidamente corrigidos pela variação da UFIR, até 31/12/95, e depreciados pelo método linear, a taxas em função da vida útil-econômica, fixadas por espécie de bens, tais como:

MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10% ao ano
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	10% ao ano
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	20% ao ano

E pelo diferido, onde são registrados os gastos com software, que são amortizados à taxa de 20% ao ano.

3.11 - RESERVAS MATEMÁTICAS

Correspondem a valores calculados atuarialmente com base em informações relativas a

novembro de 1996, sob responsabilidade da STEA - Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda, empresa contratada pelo NUCLEOS

3.12 - RESULTADO ACUMULADO

Registra os valores relativos ao superávit apurado a cada ano, sendo destinado à formação de Reserva de Contingência, até o limite de 25% do valor das Reservas Matemáticas. A parcela que exceder esse limite será destinada à constituição do Fundo de Oscilação de Riscos, conforme determina o Decreto nº 606 de 20 de julho de 1992. No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 1996, o Superávit Técnico apurado manteve-se a 13,79% do total das reservas matemáticas, não caracterizando excesso, sendo constituída assim a reserva de contingência como segue:

<u>Resultado Acumulado</u>	<u>22.367.554,85</u>
Até o Exercício Anterior	
Superávit Técnico	
<u>Reserva de Contingência</u>	<u>7.319.534,92</u>
Até o Exercício Atual	
Superávit Técnico	
<u>Reserva de Contingência</u>	<u>15.048.019,93</u>

3.13 - FUNDO ASSISTENCIAL

Registra os valores constituídos com base no excedente verificado na apuração do resultado, com a finalidade de suprimento de eventuais necessidades de cobertura para a manutenção dos serviços assistenciais.

3.14 - FUNDO ADMINISTRATIVO

Registra os valores constituídos pelo excedente verificado na apuração do resultado, com a finalidade de suprir eventuais necessidades de cobertura para a manutenção dos serviços administrativos.

3.15 - DESTINAÇÃO DO RESULTADO

De acordo com o Parecer Atuarial sobre a situação do Balanço de 31 de dezembro de 1996, emitido pela STEA - Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda, anexo ao Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios - DRAA, o superávit registrado deverá ser mantido na Reserva de Contingência, para compensar desvios das hipóteses atuariais eventualmente desfavoráveis ao equilíbrio econômico-financeiro do plano.

3.16 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Obedecendo ao princípio contábil da uniformidade, o NUCLEOS, a partir do fechamento contábil do mês de maio de 1996, promoveu a adequação do custeio administrativo, com efeito

retroativo a janeiro de 1996, relativo ao subitem 36 da Portaria nº 176 de 26 de março de 1996 e alínea "b" do Ofício Circular nº 06/96 - SPC/CGAA de 25 de junho de 1996, da Secretaria de Previdência Complementar. Ao efetivar a referida adequação, o NUCLEOS apresentou, ao término do exercício, um patamar de 24%, apresentando um excesso de 9% em relação ao limite legal, que é de 15% das receitas previdenciais correntes.

3.17 - TRANSFERÊNCIAS INTERPROGRAMAS

Foram realizadas de acordo com a legislação vigente (Portaria nº 176 de 26/03/96). No Programa Previdencial o item custeio administrativo reflete o valor das importâncias transferidas para a cobertura do respectivo custo, com a operacionalização de suas atividades, controladas contabilmente no Programa Administrativo através de centros de custos.

As transferências do Resultado Líquido dos Investimentos, para os Programas Previdencial e Administrativo, são efetuadas com base no rateio do referido resultado, proporcional ao patrimônio de cada programa com base no mês anterior.

As transferências do Programa Assistencial para o Programa Administrativo, cuja finalidade destina-se a cobertura das despesas administrativas envolvidas com a atividade assistencial, são efetuadas através de centros de custos próprios, e controlados contabilmente.

As transferências do Programa de Investimento para o Programa Assistencial, são efetuadas de acordo com os resultados obtidos com os recursos provenientes do Programa Assistencial.

3.18 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

Com base no Ato Declaratório nº 005 de 16 de janeiro de 1980, da Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro, e por força da decisão do Juízo Federal da 12ª Vara, de 12 de outubro de 1988, conforme Acórdão publicado no D.O.U. de 21 de outubro de 1988, o NUCLEOS teve reconhecida sua Imunidade Tributária. Para tanto, vem sistematicamente observando o cumprimento do disposto no artigo 14º do Código Tributário Nacional, sobretudo no que se refere ao disposto nos seus incisos, como descritos a seguir.

- I - não distribuir qualquer parcela de lucro ou participação no seu resultado;
- II - aplicar integralmente no país os seus recursos, na manutenção dos objetivos institucionais;
- III - manter a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

11. PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Srs. Diretores do

NUCLEOS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

(1) Examinamos os balanços patrimoniais do NUCLEOS Instituto de Seguridade Social levantados em 31 de dezembro de 1996 e de 1995, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro correspondentes ao exercício de 1996, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

(2) Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) Em nosso parecer sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 1995, ressaltamos os direitos a receber registrados no realizável, decorrentes de operações vencidas e vincendas junto às patrocinadoras no montante de R\$ 52.737.926,61. Neste exercício, considerando os encargos financeiros, atualização e amortização, ressaltamos as parcelas não contratadas, mencionadas nas notas 3.2 e 3.3 somando R\$ 27.007.299,33 consignadas nos programas previdencial e assistencial, e a parcela de R\$ 3.254.233,56 contratada e vencida mencionada na nota explicativa 3.9 consignada no programa de investimentos, cujo montante se não recebido ocasionará redução desse realizável e do correspondente superavit técnico.

(4) As provisões matemáticas de benefícios a conceder e de benefícios concedidos foram avaliadas pelo método recorrente a partir do balancete de novembro de 1996 e atualizados pelos índices previstos nos planos até dezembro de 1996 pelo atuário externo. Nossa opinião no que se refere a tais valores está fundamentada exclusivamente, no trabalho do referido atuário.

(5) Em nossa opinião, ressaltando o mencionado no parágrafo 3 quanto à realização dos valores mencionados, as demonstrações contábeis examinadas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de 1996 e de 1995, o resultado de suas operações e o seu fluxo financeiro referentes ao exercício findo em 1996, de acordo com os princípios de contabilidade emanados da legislação societária, as quais não prevêm o reconhecimento dos efeitos inflacionários requeridos pelos princípios fundamentais de contabilidade, bem como de acordo com as normas e critérios estabelecidos pela Secretaria de Previdência Complementar para entidades fechadas de previdência privada. A falta de reconhecer os efeitos inflacionários,

não provocaram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis examinadas, como mencionado na nota explicativa 2.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1997.

Fiore Capece - Responsável Técnico
Contador CRC SP 53.160/T-8

BINAH AUDITORES ASSOCIADOS S/C
CRC SP 6.203-S-RJ

12. PARECER DO ATUÁRIO

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1997
STEA: 409/97/123

Ilmo. Sr.
Dr. José Maria Tebaldi - M.D. Presidente do NUCLEOS

Ref.: Parecer Atuarial sobre o Balanço de 31/12/96

Prezado Senhor,

As Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos, atualizadas mensalmente pelas informações cadastrais da massa assistida, montam a R\$ 26.593.109,00. Em seu dimensionamento, foram considerados os valores atuais dos seguintes fluxos:

1 - Encargos dos Benefícios Concedidos	R\$	26.593.109,00
2 - Contribuições Patronais incidentes sobre os Benefícios Concedidos	R\$	(0,00)
3 - Outras Contribuições incidentes sobre a Geração Atual	R\$	(0,00)
4 - Outras Contribuições incidentes sobre as Gerações Futuras	R\$	(0,00)

As Reservas Matemática de Benefícios a Conceder estão avaliadas em R\$ 135.661.273,00, pelo método recorrente, a partir dos levantamentos de 30/11/96, pressuposta a manutenção das taxas contributivas fixadas no plano de custeio aprovado pela administração da entidade em função dos referidos levantamentos; as reservas foram obtidas admitindo-se os valores atuais dos seguintes fluxos:

5 - Encargos dos Benefícios a Conceder:		
5.1 - à Geração Atual	R\$	158.902.531,00
5.2 - às Gerações Futuras	R\$	54.644.280,00
6 - Contribuições:		
6.1 - incidentes sobre a Geração Atual	R\$	(40.188.792,00)
6.2 - incidentes sobre os Benefícios Futuros da Geração Atual	R\$	(0,00)
6.3 - incidentes sobre as Gerações Futuras	R\$	(37.696.746,00)
6.4 - incidentes sobre os Benefícios Futuros das Gerações Futuras	R\$	(0,00)

Enfim, para maior garantia dos compromissos da entidade, foram registrados os seguintes fundos:

7 - no Programa Assistencial	R\$	384.349,63
8 - no Programa Administrativo	R\$	213.138,78

Consoante se depreende do exame do referido Branco, mesmo acrescidas dos Fundos indicados supra, as Reservas Matemática acham-se cobertas pelos bens do Ativo, notando-se a Reserva de Contingência de R\$ 22.367.554,85, como índice de equilíbrio entre o acervo e as obrigações do NUCLEOS.

Sendo o que, no momento, se nos eferece, renovamos a V. Sa. protestos de estima e consideração.

Rio Nogueira

Diretor Presidente — MIBA 166

13. PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, de acordo com o previsto no capítulo XII, artigo 57, do Estatuto do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, procedeu à análise das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/96.

O exame tomou por base o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado e do Fluxo Financeiro, suas Notas Explicativas e o Demonstrativo Analítico de Investimentos, bem como o Parecer dos Auditores Independentes, da BINAH AUDITORES ASSOCIADOS S/C, o Parecer do atuário, da STEA - SERVIÇOS TÉCNICOS DE ESTATÍSTICA E ATUÁRIA LTDA e os Pareceres anteriores deste mesmo Conselho e se iniciou pela revisão dos fatos anteriormente apontados, ficando constatado que permanecem merecendo registro os seguintes eventos:

a) OPERAÇÕES COM PATROCINADORAS

Computando-se os débitos contratados e os não contratados, vencidos e a vencer, as dívidas das Patrocinadoras com o NUCLEOS alcançam o montante de R\$ 61.893 mil, conforme abaixo discriminado, representando 33,52% do total das Reservas Técnicas, que é de R\$ 184.622 mil.

<u>Programa Previdencial</u>	<u>em R\$</u>
- Contribuições do Mês	740.292,26
- Contribuições em atraso	1.214.001,79
- Dívida anterior a 31.08.88	25.577.481,05
<u>Programa de Investimentos</u>	<u>em R\$</u>
- Operações com Patrocinadoras Contratadas	34.361.439,53
• Vincendas	31.107.205,97
• Em atraso	3.254.233,56

Muito embora o valor das operações passivas contratadas com as Patrocinadoras (R\$ 34.361 mil) esteja em desacordo com o limite estabelecido na Resolução 2.324 do Banco Central do Brasil, o seu enquadramento poderá ser feito conforme o Artigo 12 da referida Resolução.

A Patrocinadora NUCLEP não vem pagando as parcelas da dívida contratada, com o valor já vencido montando R\$ 3.254 mil, para um saldo total de R\$ 13.581 mil. Uma vez que tal operação não está amparada em garantia real, este Conselho Fiscal recomenda, nestes casos, a aplicação dos preceitos previstos no artigo 1º da Resolução nº 17 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, que se refere ao oferecimento de garantia real. Até a presente data tal providência não foi adotada.

Com relação ao montante não contratado, registra-se que o valor de R\$ 25.577 mil se refere a débitos anteriores a 31.08.88, representando 13,85% das Reservas Técnicas, cuja eventual não realização poderá acarretar o comprometimento do Ativo Realizável e, eventualmente, do equilíbrio do Plano.

De acordo com a Portaria nº 176, de 26 de março de 1.996, da Secretaria de Previdência Complementar, até 30.06.96, deveria ter sido firmado contrato de confissão de dívida para estes valores, com garantias reais, de acordo com Resolução 17 do CGPC. Até a data deste parecer, tais contratos ainda não haviam sido firmados.

Além da questão da multa a que o NUCLEOS está sujeito em decorrência deste fato, a regularização com as devidas garantias é fundamental para assegurar a liquidez destes valores que são representativos em relação ao patrimônio da Instituição.

Com edição do Decreto 2.111, de 26 de dezembro de 1996, as dívidas das Patrocinadoras vencidas há mais de 90 dias, deverão ser objeto de execução judicial. Desta forma, este Conselho recomenda a regularização dos valores ou adoção da medida preconizada, no prazo estabelecido.

b) PROGRAMA ASSISTENCIAL

O débito da CNEN, no valor de R\$ 216 mil, relativo às despesas incorridas pelo NUCLEOS com empregados da INB transferidos para aquela Autarquia, não se enquadra como uma aplicação de recursos adequada aos objetivos do NUCLEOS. Em face do longo tempo sem a regularização do valor, recomenda-se a adoção de medidas efetivas para o recebimento do mesmo.

c) CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Com os ajustes decorrentes da Portaria nº SPC 176/96 de 26.03.96, republicada em 10.07.96 (item III - Normas Gerais - sub item 36), que esclareceu e regulamentou definitivamente a questão, os gastos com o custeio administrativo ficaram acima do limite legal, que é de 15% representando 24% das receitas previdenciárias.

Reiteramos as recomendações quanto à regularização destes fatos. Também foi analisada por este Conselho a questão da possível não realização de alguns ativos representados por

aplicações em títulos emitidos por governo estadual, não garantido ou securitizado pelo Tesouro Nacional, bem como em debêntures de algumas empresas privadas.

Do exame de documentação disponível, especialmente do Estudo Econômico - Financeiro preparado pela AAD - Consultores Associados, referente às empresas MARSIAJ, ZIVI, HERCULES, EBERLE, CIPLA E SANSUY, concluiu-se que apenas a SANSUY apresenta condições de honrar os títulos colocados.

Uma vez que o NUCLEOS já constituiu provisão integral para os investimentos feitos nas Debêntures da CIPLA e MARSIAJ, no montante de R\$ 3.545 mil, que estavam inadimplentes, este Conselho entende que a títulos de emissão das seguintes empresas também sejam objeto de provisão integral, tão logo seja caracterizada a inadimplência.

	em R\$ MIL
EBERLE	1.826
HERCULES	579
ZIVI	744

Com relação aos títulos de emissão de Governo Estadual, este Conselho recomenda a avaliação de uma eventual provisão integral dos valores aplicados em títulos do Governo do Estado de Alagoas, no montante de R\$1.525 mil, tendo em vista a conhecida situação de insolvência daquela Unidade da Federação.

Por outro lado, deverão ser tomadas todas as medidas cabíveis, inclusive judiciais, visando a recuperação destes valores.

Baseado na análise dos documentos anteriormente mencionados, exceto quanto à liquidez dos montantes de R\$ 25.577 mil correspondente à dívida das Patrocinadoras INB e NUCLEP, referente ao período anterior a 31.08.88, de R\$ 13.581 mil relativo à dívida contratada da NUCLEP, e de R\$ 1.214 mil correspondentes às contribuições em atraso da NUCLEP no período de junho/95 a novembro/96, bem como quanto aos valores aplicados em debêntures da EBERLE, HERULES e ZIVI, no total de R\$ 3.149 mil e em LFT do Estado de Alagoas no valor de R\$ 1.525 mil, o Conselho Fiscal é de parecer que as Demonstrações Financeiras representam, contabilmente, a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS em 31.12.96.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1997.

FERNANDO CESAR BRAZ TEIXEIRA

Presidente - INB

MAX MARTINELLI

Conselheiro - NUCLEP

JOÃO CARLOS CRISTIANO

Conselheiro - NUCLN

14. PARECER DO CONSELHO DE CURADORES

O Conselho de Curadores do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, em sua 90ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de março de 1997, consoante o previsto no Capítulo IX, Art. 45 do Estatuto do NUCLEOS, examinou e aprovou por unanimidade as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 1996.

Baseado na análise procedida e pautado nos Pareceres do Auditor Independente, do Atuarário e do Conselho Fiscal é de parecer que as Demonstrações Contábeis, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados, Demonstrações do Fluxo Financeiro, Composição do Passivo Atuarial e nas notas Explicativas representam contabilmente as posições patrimoniais e financeiras do NUCLEOS em 31 de dezembro de 1996.

CLAUDIO YOSHIDA

Presidente do Conselho de Curadores

CONSELHO DE CURADORES

Efetivos

Claudio Yoshida - Presidente
 Alberto do Amaral Osório
 Maria Aparecida da Silva
 Carlos Guilherme Martins
 Carlos Augusto Ribeiro Marques
 Marcio Souza Rosa

Suplentes

Eduardo da Silva
 Jorge Spitalnik Orlovich
 Francisco José Machado Alves Moreira
 Abel de Almeida
 Luiz Carlos de Moura
 Raimundo Antonio Monteiro Brito

CONSELHO FISCAL

Efetivos

Fernando César Braz Teixeira - Presidente
 Max Martinelli
 João Carlos Cristiano

Suplentes

Sérgio dos Reis Príncipe
 Alcyr Munque Machado
 Alfredo L. Niemeyer Neto

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

José Maria Tebaldi

Diretor Financeiro

Paulo Armando Padilha

Diretor de Benefícios

Gilberto da Silva Campos



Discriminação	Esp. Tipo	QUANTIDADE		VALORES DE MERCADO - R\$ UM		% Aplic. Bim.	% Diver.
		Novembro	Dezembro	Novembro	Dezembro		
R. RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS		—	—	179.925.421,05	104.621.936,85	100,00%	
A. TÍT. PÚBLICOS DE RESPONSABIL. DO TESOUREO NAC.*		329.513	329.513	15.686.280,10	15.683.445,87	8,66%	
a8. Outros Títulos Públicos Federais		329.513	329.513	15.686.280,10	15.683.445,87	8,66%	
a8.1. MOP - FLET		321.316	321.316	4.907.871,85	4.951.492,02	2,70%	
a8.2. SUPRA		8.197	8.197	10.778.408,25	10.951.953,85	5,96%	
B. INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA		14.655.554.693	14.655.554.693	53.909.565,90	52.111.977,85	29,08%	
b1. Títulos de Responsabilidade dos Governos Estaduais		14.653.670.490	14.653.670.490	3.723.799,85	3.795.749,55	2,06%	
b1.1. LETE de R		14.653.669.230	14.653.669.230	2.230.432,62	2.270.677,24	1,23%	
b1.2. LETE de AI		1.260	1.260	1.494.367,03	1.525.072,31	0,83%	
b3. Quotas e Obrigações do Fundo Nacional de Desenvol.		92.605	92.605	42.103,09	0,00	0,01%	
b3.1. BNDES		92.605	92.605	42.103,09	0,00	0,01%	
b7. Aplicações em Instituições Financeiras		1.788.905	1.788.905	36.714.564,70	38.138.905,46	20,53%	
b7.6. Letras Hipotecárias		1.788.898	1.788.898	18.563.575,16	18.804.019,16	10,25%	
b7.6.1. LETRAS HIPOTECÁRIAS C.E.F.		1.788.898	1.788.898	18.563.575,16	18.804.019,16	10,25%	10,25%
b7.9. Quotas de FAQ - Renda Fixa		7	7	18.150.989,54	19.334.886,30	10,28%	
b7.9.1. BB EMPRES - 60		1	1	2.079.930,81	2.117.616,66	1,15%	1,15%
b7.9.2. BB FIX - CP		1	1	248.142,12	529.640,62	0,21%	0,21%
b7.9.3. BBS FIF - 60		1	1	2.176.602,70	2.216.035,79	1,20%	1,20%
b8.9.4. CCF - 60 - FIX		1	1	1.675.022,28	1.705.330,22	0,93%	0,93%
b7.9.5. IGATU FIF - 60		1	1	1.658.996,10	1.688.869,01	0,92%	0,92%
b7.9.6. REAL FAC - 60		1	1	8.293.106,08	9.022.797,35	4,75%	4,75%
b7.9.7. UNIBANCO		1	1	2.018.389,45	2.054.596,65	1,12%	1,12%
b8. Títulos de Empresas (b8.1.a - b8.n)		2.693	2.693	13.429.098,34	10.177.322,84	6,48%	
b8.2. Debêntures Não Conversíveis		2.692	2.692	13.321.126,34	10.067.756,34	6,42%	
b8.2.1. VALE DO RIO DOCE		12	12	1.293.504,16	1.913.718,36	0,72%	0,72%
b8.2.2. CIPLA		254	254	2.311.285,70	0,00	0,63%	0,63%
b8.2.3. EBERLE		1.186	1.186	1.791.393,70	1.826.831,38	0,99%	0,99%
b8.2.4. HERCULES		350	350	567.577,50	578.812,50	0,31%	0,31%
b8.2.5. MARSIA OLIVEIRA		37	37	1.157.223,47	0,00	0,32%	0,32%
b8.2.6. SARESP		263	263	5.313.187,80	5.454.854,04	2,95%	2,95%
b8.2.7. SANSUV		142	142	157.131,51	149.352,76	0,08%	0,08%
b8.2.8. ZAVI		450	450	729.742,50	744.187,50	0,40%	0,40%
b8.3. Debêntures Conversíveis		1	1	107.972,00	109.566,30	0,06%	0,06%
b8.3.1. RIPASA		1	1	107.972,00	109.566,30	0,06%	0,06%
C. INVESTIMENTOS DE RENDA VARIÁVEL		14.919.009.334	14.492.094.482	39.517.975,30	44.005.947,93	22,91%	
c1. Mercado de Ações (c1.1.a - c1.1.j)		14.919.009.334	14.492.094.482	39.517.975,30	44.005.947,93	22,91%	
c1.1. Mercado à vista (c1.1.a - c1.1.j)		14.299.854.313	14.372.939.461	38.585.289,96	49.650.606,00	24,20%	
c1.1.1. ALBARUS	ON	486.000	486.000	427.680,00	579.080,00	0,22%	0,16%
c1.1.2. ARACRUZ CELULOSE	BN	280.000	507.372	459.200,00	862.872,40	0,36%	0,08%
c1.1.3. BRADESCO	PN	165.485.803	165.485.803	1.214.453,29	1.249.417,61	0,68%	0,00%
c1.1.4. BANCO DO BRASU S.A.	PN	119.155.023	119.155.023	1.068.820,36	1.081.927,61	0,59%	0,00%
c1.1.5. BIOBRAS	AN	2.505	2.505	226.802,70	212.925,00	0,12%	0,17%
c1.1.6. BRASMOTOR S.A.	PN	2.800.000	2.800.000	818.132,00	810.124,00	0,45%	0,03%
c1.1.7. CEMIG	PN	53.051.797	103.051.797	1.769.277,43	7.484.652,02	3,54%	0,01%
c1.1.8. CEMIG	ON	0	13.267.944	0,00	802.445,25	0,22%	0,00%
c1.1.9. CIA. SID. NACIONAL	ON	28.000.000	28.000.000	783.720,00	802.760,00	0,44%	0,00%
c1.1.10. ELETROBRAS	BN	10.811.292	11.311.292	3.664.054,97	4.355.965,44	2,20%	0,01%
c1.1.11. EUCATEX	PN	2.500.000	0	340.000,00	0,00	0,09%	0,00%
c1.1.12. FERRO E LIGAS	PN	6.285.320.107	6.285.320.107	188.539,60	188.539,60	0,10%	0,00%

* E/OU DO BACEN E CRÉDITOS SECURITIZADOS DO TESOUREO NACIONAL

Discriminação	Esp. Tipo	QUANTIDADE		VALORES DE MERCADO R\$ UM		% Aplic. Bm	% Diver.
		Novembro	Dezembro	Novembro	Dezembro		
c1.1.13. FUNDAÇÃO TUPI	PN	31.300.000	31.300.000	109.237,00	122.070,00	0,06%	0,00%
c1.1.14. ROCHP MAXION	ON	2.890.000	2.890.000	260.100,00	144.500,00	0,11%	0,02%
c1.1.15. TAUBANCO	PN	2.521.398	2.521.398	1.029.688,52	1.133.091,05	0,59%	0,01%
c1.1.16. LIGHT	ON	3.100.000	3.100.000	1.012.708,00	1.135.499,00	0,59%	0,01%
c1.1.17. MADEIRIT	PN	2.140.000.000	2.140.000.000	42.800,00	42.800,00	0,02%	0,00%
c1.1.18. MAGNESITA	AN	155.000.000	155.000.000	319.300,00	334.800,00	0,18%	0,00%
c1.1.19. MARCO POLO	ON	980.000	980.000	298.900,00	298.900,00	0,16%	0,04%
c1.1.20. PETROBRÁS	PN	40.780.000	43.280.000	2.770.118,20	7.190.972,00	3,51%	0,01%
c1.1.21. PETROBRÁS	ON	0	6.089.632	0,00	1.363.833,98	0,37%	0,00%
c1.1.22. PETROFLEX S.A.	AN	3.160.000	3.160.000	116.920,00	120.712,00	0,07%	0,02%
c1.1.23. PETROLEO IPIRANGA	PN	35.700.000	35.700.000	490.875,00	538.713,00	0,28%	0,00%
c1.1.24. REFRIPAR	PN	390.000.000	390.000.000	607.300,00	916.500,00	0,47%	0,00%
c1.1.25. SIBRA	PNC	2.309.012.430	2.309.012.430	92.360,30	92.360,30	0,05%	0,00%
c1.1.26. SUZANO IND. DE PAPÉIS	PN	135.000	135.000	364.500,00	364.500,00	0,20%	0,18%
c1.1.27. TELEBRÁS	PN	86.417.158	91.417.158	6.925.715,99	7.306.059,27	3,90%	0,00%
c1.1.28. TELEBRÁS	ON	19.333.400	19.333.400	1.289.344,45	1.430.478,27	0,73%	0,00%
c1.1.29. TELESF	PN	9.430.000	9.430.000	1.739.457,80	2.129.859,80	1,06%	0,00%
c1.1.30. USIMINAS	PN	2.400.000.000	2.400.000.000	2.472.000,00	2.544.000,00	1,38%	0,00%
c1.1.31. VALE DO RIO DOCE	PN	186.400	186.400	4.037.424,00	3.778.328,00	2,14%	0,97%
c1.1.32. VALE DO RIO DOCE	ON	16.000	16.000	407.840,00	432.000,00	0,23%	0,11%
c1.5. Mercado de Opções de Compra		500.000.000	0	342.500,00	0,00	0,09%	
c1.5.1. SHARP ELETR. ELETRON.	PN	500.000.000	0	342.500,00	0,00	0,09%	0,00%
c1.7. Bonus de subscrição de Ações		119.155.021	119.155.021	176.111,12	177.540,96	0,10%	
c1.1.5. BANCO DO BRASIL	ABT	23.831.004	23.831.004	37.891,30	39.082,85	0,02%	0,00%
c1.1.6. BANCO DO BRASIL	BBT	35.746.506	35.746.506	51.832,43	55.049,62	0,03%	0,00%
c1.1.7. BANCO DO BRASIL	CBT	59.577.511	59.577.511	86.387,39	83.408,49	0,05%	0,00%
c1.11. Valores a Pagar Decorrentes de Compra de Ações				0,00	5.822.199,03		
c1.11.1. ARACRUZ CELULOSE S.A.	BN			0,00	548.339,20		
c1.11.2. CEMIG	PN			0,00	3.012.009,36		
c1.11.3. CEMIG	ON			0,00	892.510,83		
c1.11.4. PETROBRÁS	ON			0,00	1.369.319,64		
c1.12. Valores a Receber Decorrentes de Venda de Ações				414.074,22	0,00		
c1.12.1. CEMIG	PN			328.711,85	0,00		
c1.12.2. CIA. SID. NACIONAL	ON			85.362,37	0,00		
G. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS				7.765.104,65	8.596.609,64	4,49%	
g4. Edificações de Uso Próprio		4	4	899.046,25	1.293.376,75	0,60%	
g4.1. PRAIA DO FLAMENGO, 200 7º ANDAR		1	1	899.046,25	1.293.376,75	0,60%	
g5. Edificações Locadas a(s) Patrocinador(s)		1	1	2.612.038,03	3.315.354,53	1,63%	
g5.1. RUA MENA BARRETO, 161		1	1	2.612.038,03	3.315.354,53	1,63%	
g6. Edificações para Renda		2	2	4.073.504,67	5.818.000,00	2,16%	
g6.1. RUA GENERAL POLIDORO, 316		1	1	2.750.051,92	2.489.000,00	1,44%	
g6.2. RUA REAL GRANDEZA, 301		1	1	1.323.252,95	1.335.000,00	0,73%	
gm2. Valores a Receber				180.715,50	169.869,36	0,10%	
gm1. RUA MENA BARRETO, 161				55.633,80	56.819,45	0,03%	
gm1. RUA GENERAL POLIDORO, 316				16.599,57	10.133,38	0,01%	
gm2. RUA REAL GRANDEZA, 301				108.482,13	102.916,53	0,06%	
H. EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES		1.310	1.324	2.345.087,34	2.302.344,98	1,28%	
h1. Empréstimos Simples		1.310	1.324	2.143.082,00	2.084.890,13	1,16%	
hm2. Valores a Receber				202.685,34	217.454,85	0,12%	
I. OPER. PASSIVAS CONTRATADAS C/ PATROCINADORAS		2	2	33.898.978,88	34.361.439,53	18,67%	
ij. INB		1	1	20.396.690,99	20.780.233,81	11,30%	
ij. NUCLEP		1	1	10.599.047,48	10.376.972,16	5,69%	
jm2. Valores a Receber				2.003.240,41	3.254.233,56	1,69%	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis